
CESARE BÓRGIA AOS OLHOS DE FREI TIMÓTEO: CONSIDERAÇÕES RETÓRICAS SOBRE O CAPÍTULO VII DE *O PRÍNCIPE*

CESARE BORGIA IN THE EYES OF FREI TIMÓTEO: RHETORICAL
CONSIDERATIONS ON CHAPTER VII OF THE PRINCE

Rafael Marino¹

<https://orcid.org/0000-0002-2659-6434>
<http://lattes.cnpq.br/6940493917341785>

RESUMO: Comumente, atribui-se a Cesar Bórgia um lugar de destaque no pensamento de Maquiavel, como se aquele fosse uma espécie de modelo de príncipe para este. Contudo, a partir de arcabouço oferecido pela peça *A Mandrágora*, do republicano florentino, e tendo em vista novas leituras da obra de Maquiavel, pretendemos argumentar o contrário, ou seja, que a aparição de Cesar Bórgia no capítulo sete de *O príncipe* é feita num sentido crítico.

Palavras-Chave: Nicolau Maquiavel; Cesar Bórgia; Florença; retórica; paixões políticas.

ABSTRACT: Commonly, Cesare Borgia is attributed a prominent place in Machiavelli's thought, as if he were a kind of prince model for this one. However, based on the framework offered by the play *The Mandrake*, by the Florentine Republican, and in view of new readings of Machiavelli's work, we intend to argue the opposite, that is, that the appearance of Cesare Borgia in chapter seven of *The Prince* is made in a critical sense.

Keywords: Niccolò Machiavelli; Cesare Borgia; Florence; rhetoric; political passions.

INTRODUÇÃO

É bastante comum a interpretação de que Cesar Bórgia seria uma espécie de modelo para o novo príncipe na obra de Nicolau Maquiavel. Boa parte disto deve-se à leitura de partes da própria obra do florentino, mais especificamente o capítulo sete de *O Príncipe* (2010) intitulado “Dos principados novos que se conquistam com as armas e a fortuna de outrem” (Maquiavel, 2010, p. 29-39).

¹ Pesquisador pós-doutoral na Université Sorbonne Nouvelle. Doutor (2024) e mestre em ciência política (2019) pela Universidade de São Paulo (USP). Graduou-se em ciências sociais pela mesma instituição. É também autor do livro *Formação e forma no pensamento brasileiro*. E-mail para contato: rafael.marino50@gmail.com.

Contudo, a partir da leitura da peça *A Mandrágora* (Maquiavel, 1987) e à vista de algumas interpretações sobre o florentino (Kahn, 1994; Najemi, 2013; Hörnqvist, 2000), pretendemos argumentar que Bórgia era, para Maquiavel, um exemplo negativo de príncipe. Negativo porque Bórgia, ao fim e ao cabo, dependia de armas alheias e, por isso, irá fracassar na manutenção de seu estado.

Mas o que a peça *A mandrágora* teria a ver com a leitura de outras de suas obras? E mais: o que essas interpretações ofereceriam de novo aos leitores?

De acordo com Hörnqvist (2000), a peça em questão poderia servir como espécie de instrumento para leitura do resto da obra do florentino. Isso se daria pois nela um dos temas subjacentes é o da retórica. Mais especificamente: os efeitos que recursos retóricos de um orador, voltados para manipulação e persuasão, teriam sobre a plateia e sobre as personagens. À vista disto, e continuando um caminho aberto por Victoria Kahn (2000), Hörnqvist proporá uma leitura retórica da obra do florentino e a ideia de que Maquiavel deveria ser encarado como um orador político em ação. E é justamente a partir desta leitura retórica que poderíamos desenvolver interpretações outras e heterodoxas a respeito da obra do republicano florentino.

Para darmos consecução a esse exercício de leitura, seguiremos os seguintes passos: i) apresentação de elementos importantes a respeito das paixões e da retórica; ii) exposição de linhas fundamentais do argumento de Hörnqvist e da peça *A mandrágora*, mostrando a importância de uma leitura retórica, tendo em vista o *pathos* de sua plateia, em Maquiavel; iii) apresentação do capítulo sete de *O Príncipe* e, por fim, iv) uma discussão do que fora exposto.

ALGUNS ELEMENTOS SOBRE RETÓRICA POLÍTICA E PAIXÕES

Sabe-se, desde a antiguidade, que a relação entre paixões e política é algo intrincado. Ryan Balot (2009), em introdução de obra a respeito do pensamento antigo, argumentava que pensar em termos de pensamento político grego e romano permitiria duas possibilidades interessantes para a modernidade. Politicamente, estes estudos possibilitariam um alargamento dos horizontes políticos e dos limites da imaginação política, desnaturalizando e relativizando o liberalismo hegemônico. Teoricamente, o pensamento antigo propiciaria um arcabouço essencial para pensar a política, como nas, já um tanto esquecidas, questões das virtudes e das paixões.

De acordo com Giulia Sissa (2009), as ciências humanas, cada vez mais, estão redescobrando o papel das paixões e das emoções. Essa movimentação é notável na filosofia,

na teoria política, na antropologia e até nas ciências cognitivas. Sissa, pontua, porém, que para aqueles que estudam textos antigos isso não é uma novidade. Nestes textos a linguagem da política (descritiva ou normativa), invariavelmente, acomoda um vocabulário e sintaxe das paixões:

Historiadores, oradores e filósofos antigos inscreveram as paixões entre os motivos mais convincentes para a ação - seja a atuação heroica de um tiranicida indignado (Aristóteles) ou a decisão imperial de travar uma guerra, em retaliação por um antigo delito (Heródoto), ou a deliberação de um órgão coletivo sobre um ataque preventivo, por medo de um vizinho ameaçador (Tucídides) (Sissa, 2009, p. 283, tradução nossa).

Para Sissa (2009, p. 283), as paixões seriam motivos concretos e mais: sentir seria uma forma de pensar, muitas vezes em voz alta, e esse sentir seria expresso em palavras. E isso não se daria apenas quando amor e erotismo entram em cena, mas também quando poder, autoridade e reconhecimento político estão em jogo. Exemplos não faltariam. A raiva, a dor e o sentimento de injustiça sentido por Aquiles, na *Iliada*, são constitutivas de sua intenção de minar os esforços de Agamenon em tomar Tróia. Posteriormente, todos os tipos de líderes políticos, “de Xerxes de Heródoto, a Alcebíades de Tucídides, de Esquinas a Lísias, atuarão como oradores eficazes, capazes de explorar a interface da argumentação e afetos”, de modo que as suas “frases, provas e exemplos atuam na afinação habilidosa do que o público deve sentir” (Sissa, 2009, p. 283, tradução nossa).

A experiência das relações sociais, nessa linha de raciocínio, seria sentida de variadas formas, podendo ser: humilhante, gratificante, mortificante ou estimulante. Nesse bojo, a política seria o lugar em que essas relações sociais ganhariam uma ordem normativa e uma forma de governo mais ou menos estáveis. Desta feita, a política também seria o lugar em que paixões, sofrimentos e prazeres, decorrentes da autoridade, do poder e do reconhecimento, ganhariam a sua expressão máxima.

Assim, diferentes formas de governo (tirantias, monarquias, oligarquias, democracias e constituições mistas) são compatíveis com determinadas formas de ação política, de diferentes hábitos, virtudes e emoções. Isto é, haveria aí diferentes constituições ou, em outras, palavras, diversos modos de funcionamento dos corpos políticos (Cf. Ostrensky, 2018). Cada configuração de poder molda as pessoas e, inclusive, por meio do autocontrole, dos esportes e do ensino da civilidade, conforma seus corpos. Todas essas formas de modelagem produzem, desta maneira, qualidades morais e emocionais. Este raciocínio leva Sissa (2009) a argumentar que o pensamento político clássico tinha uma compreensão profunda de que diferentes formas

de autoridade e de afetividade são coerentes. Em resumo, poder-se-ia dizer que paixão também é sobre poder e o animal político também é um animal patético.

Citaremos, para maior esclarecimento, a seguinte passagem de Sissa:

Em cada forma de governo, as emoções constituem um sistema dinâmico, o qual podemos chamar de "aparato patético". Por "aparato", quero dizer uma noção pragmática: em uma sociedade, existem valores normativos que unem palavras e ações, regras e práticas, modelos e atos de fala, status e agência. Todos esses valores se solidificam em direitos, hábitos e corpos, como mencionei, mas podem ser encontrados via obediência ou resistência. É dessa maneira ramificada e dinâmica que o poder atua dentro de uma sociedade. Cada aparato particular de direitos, hábitos e corpos cria as condições para um conjunto particular de emoções. O aparato patético da tirania, por exemplo, inclui ganância, inveja e arrogância de um lado; terror e subserviência do outro. O aparato patético da democracia requer diferentes sentimentos e traços de caráter: uma multidão autogovernada é, acima de tudo, corajosa, orgulhosa, competitiva e potencialmente invejosa. Os estados permanecem estáveis ou, ao contrário, entram em colapso quando seu aparelho patético perde seu equilíbrio: quando chegam a um ponto de ruptura, como a gota d'água na humilhação tirânica, ou uma regra popular que beira um conflito incontrolável. Essa é, pelo menos, a visão da mudança histórica compartilhada por teóricos políticos como Heródoto e Tucídides, Platão e Aristóteles, mas também por agentes políticos, como oradores públicos democráticos (Sissa, 2009, p. 284-285, tradução nossa).

O protagonismo de pensadores gregos e romanos no entendimento sobre a relação entre paixões e política pode ser sentido no fato de que até autores modernos se refiram a tradições antigas que pensaram de formas distintas estas questões. Para Pierre Force (2003), duas seriam as tradições passíveis de serem evocadas para organizar as formalizações intelectuais e políticas a respeito das paixões. A primeira seria epicurista/ augustiniana e poderia ser exemplificada por Bayle, Mandevile, Pascal e La Rochefoucauld; nela o prazer humano é visto como único motivo a partir do qual poderia se dar uma ação e esta tradição concentra sua atenção na ideia de que apenas o interesse próprio, visto como uma força destrutiva, poderia dar uma sustentação precária para a ordem social. A segunda tradição seria estoica e passaria por autores como Shaftesbury, Hutcheson, Rousseau (em certa medida) e Smith; aqui se sustenta a existência de uma harmonia entre o interesse individual e o geral – mão invisível e vontade geral, desta forma, seriam aparentadas.

Citando Hirschman (2013), Force (2003) argumenta que até o início da era moderna era possível notar na filosofia política três formas distintas de administrar as paixões. A primeira seria baseada na pura repressão das paixões, a segunda intentaria controlá-las e não apenas reprimi-las e a terceira, por seu turno, acreditaria que a melhor maneira de se controlar uma paixão é opô-la a outra – de acordo com o princípio das paixões compensatórias.

Seja como for, parece que essas teorizações a respeito das paixões e da política parecem ter caído em desuso e terem saído das agendas de pesquisa teóricas. Essa aparência tem certa

justeza. Isso porque, efetivamente, a filosofia e as ciências humanas passaram cada vez menos a falar em paixões. Não obstante, parar de falar sobre isso não significa que as paixões deixaram de existir, mas que outra forma de compreensão da humanidade e de suas relações passou a ofuscar o olhar daqueles que se vocacionam para estas reflexões. Pensemos num exemplo.

Anteriormente, quando estávamos nos servindo das lições de Sissa, utilizamos a palavra patético. Patético, aqui, não deveria ser visto na chave pejorativa como é hoje comumente usada. Na verdade, o patético está relacionado a paixão (*páthos*) e deveria ser visto como uma forma ou arte de despertar nos outros afetos ou como algo sensível aos afetos. Essa virada valorativa é interessante e poderia até mesmo ser entendida, em chave skinneriana (2002) – ao menos após a sua virada retórica (Cf. Palonen, 1997) –, como uma forma de redescrição retórica ou de paradiástole. Desde a qual patético deixou de ser um conceito de uso descritivo e valorado positivamente para ter uma utilização negativa e que diz respeito ao que é por demais emotivo e afetado excessivamente.

Essa mudança valorativa não deve ser vista como um ato isolado, mas deve ser entendida num contexto específico no qual as próprias paixões vão sendo deixadas de lado na análise política e social ou vão sendo vistas, amiúde, como um elemento negativo e que precisava ser reprimido na vida humana.

Segundo Lebrun (2009) essa conotação negativa teria começado a ganhar espaço com o cristianismo, a partir do qual as paixões seriam vistas com desconfiança e seu caminho desejável seria a repressão. Lebrun pontua que essa repressão das paixões teria tido continuidade com a filosofia moderna, em que a razão ganha proeminência e o *logos* ganha a dimensão de lei a ser seguida.

Apesar de interessante, o diagnóstico de Lebrun poderia ser relativizado, tendo em vista os argumentos de Force (2003) e Hirschman (2013), em dois sentidos. Primeiramente, pensadores importantes do Iluminismo teriam as paixões em alta conta e pensariam os problemas humanos, de um contexto e uma época particulares, também a partir delas. Em segundo lugar, o momento mais privilegiado em que o declínio das paixões pode ser assistido é o do enraizamento profundo do moderno capitalismo e do surgimento de uma figuração inédita da humanidade, a saber: o *homo oeconomicus*. Nesta, *grosso modo*, os homens são entendidos como máquinas mercantis de cálculo voltadas para maximização de seus recursos e prazeres. Neste bojo, as paixões são, por assim dizer, deixadas de lado e o interesse, ou melhor, o interesse próprio passa a ser visto como o princípio fundamental de análise da conduta

humana². Processo que, tendo em vista argumentos de Wendy Brown (2015), é ainda mais acentuado com a ascensão de uma razão neoliberal, cujo fundamento é o da conformação das subjetividades e de todas as esferas da vida como empresas, de modo que os mecanismos de oferta e demanda e concorrência passam a ser a medida das subjetividades e das relações sociais: “in contrast with classical economic liberalism, we are everywhere *homo oeconomicus* and only *homo oeconomicus*” (Brown, 2015, p. 33).

É preciso repisar, todavia, que apesar de se evitar, intencionalmente, falar em paixões, não significa que elas não estejam mais lá. Pelo contrário. Isso é possível de ser rastreado, a título de exemplo, em análises seminais de regimes e estruturas políticas autoritárias, totalitárias e/ ou de exceção. Nas quais paixões como terror, ressentimento, temor, medo e reverência ganham uma protagonismo que destoa do *mainstream* das ciências humanas e sociais (Cf. ARENDT, 2012; BROWN, 2019; GINZBURG, 2014; KEHL, 2020).

Seja como for, as paixões são galvanizadas pelas palavras e pelas imagens. Ficaremos mais com o primeiro caso.

Górgias de Leontinos, em sua defesa da inocência de Helena de Tróia, já explicava muito bem o poder das palavras:

Se o discurso a persuadiu e sua alma enganou, não é difícil, quanto a isso, defendê-la e, assim, liberá-la da responsabilidade. O discurso é um grande e soberano senhor, o qual, com um corpo pequeníssimo e invisibilíssimo, diviníssimas ações opera. É possível, pois, pelas palavras, tanto o medo acalmar e a dor afastar quanto a alegria engendrar e a compaixão intensificar. [...] A alma é afetada (uma afecção que lhe é própria), através das palavras, pelos sucessos e insucessos que concernem a outras coisas e outros seres animados (Górgias de Leontinos, 2009, p. 204-205).

A ideia de ações divinas não é exposta aí à toa. Górgias irá também apontar que uma das propriedades essenciais do discurso é a persuasão, na qual é possível vislumbrar o modo de ser da deusa *Peitho*, divindade da sedução e da persuasão. Tal deusa faria com que as palavras tenham, ao fim ao cabo, o mesmo poder que a Necessidade, visto que o “discurso persuasivo persuade a alma, constringendo-a tanto a crer nas coisas ditas quanto a concordar com as coisas feitas”. E mais: a “Persuasão, enquanto propriedade do discurso, modela também a alma como quiser” (Górgias de Leontinos, 2009, p. 204-205).

² Em relação aos inovadores que trouxeram atos de fala no sentido de expandir o interesse próprio para todas as esferas da vida, é preciso notar que Adam Smith e até mesmo Jean-Batiste Say não teriam culpa acentuada no cartório. Visto que eram, eles mesmo, críticos da sociedade mercantil e céticos frente à ideia de que o auto interesse tudo poderia governar e explicar (Force, 2003). Isso teria de ser buscado, a bem da verdade, em autores como Jeremy Bentham e nos marginalistas.

Aristóteles, por sua vez, entenderia as paixões ou emoções, como um estado da alma em resposta a um estado emocional e ao mundo. De acordo com a sua definição, por paixões ou emoções quer “significar os desejos, a cólera, o medo, a temeridade, a inveja, a alegria, a amizade, o ódio, a saudade, o ciúme, a emulação, a piedade, e de um modo geral os sentimentos acompanhados de um prazer ou sofrimento” (Aristóteles, 2001, p. 40). Sissa (2009) indicará, também em Aristóteles, que a paixão seria composta por dois componentes: um pensamento acompanhado de alteração corporal. Tais mudanças não poderiam ser pensadas sem a ação de palavras e de discursos persuasivos.

Em sua *Retórica*, Aristóteles apesar da desconfiança frente aos retóricos que o precederam e que apelavam apenas para seus os efeitos exteriores, feito as emoções, destaca a necessidade da persuasão e não deixa de lembrar a importâncias das paixões nos discursos públicos. Veja-se o início de seu discurso sobre a arte retórica:

Entendemos por retórica a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir. Esta não é seguramente a função de nenhuma outra arte; pois cada uma das outras apenas é instrutiva e persuasiva nas áreas da sua competência [...]. Mas a retórica parece ter, por assim dizer, a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada. E por isso afirmamos que, como arte, as suas regras não se aplicam a nenhum gênero específico de coisas (Aristóteles, 2005, p. 95-96).

Com o fito de levar a cabo seu intento, Aristóteles análise as fases do discurso, quais sejam: a) invenção, a qual consiste no assunto sobre o qual se discursará; b) a disposição, na qual o discurso é colocado numa ordem; c) elocução, que diz respeito ao estilo e à clareza discursiva e d) a ação, que compreende os gestos e dicção. Para os fins de nosso argumento, exploraremos, mesmo que rapidamente, a invenção.

Nesta etapa, como argumenta Reboul (2004, p. 43), o orador parte na busca “de todos os argumentos e de outros meios de persuasão relativos ao tema do seu discurso”. Mais diretamente, Aristóteles aponta a existência de três gêneros do discurso: o deliberativo, próprio da assembleia e a partir do qual se aconselha ou desaconselha sobre questões da *pólis*; o judiciário, cujo auditório é o tribunal e serve para acusação ou defesa e o epidítico, no qual se louvam homens ou seres lendários.

Tais gêneros discursivos demandam dois tipos de provas, as técnicas e as não técnicas. Aquelas existem porque são constituídas pelo orador; estas, por sua vez, são apresentadas sem invenção, feito testemunhos e confissões.

Dentre as provas técnicas vê-se (1) as que “residem no caráter moral do orador” ou a impressão que o orador dá de si próprio, o *ethos*; (2) as que estão no modo como se dispõe o

ouvinte ou na emoção que o orador imprime no auditório, o *pathos* e (3) as que estão “no próprio discurso, pelo que se demonstra ou parece demonstrar”, o *logos* (Aristóteles, 2005, p. 95-96).

Desta feita, salvo engano, no cerne do pensamento aristotélico sobre a arte retórica, apesar da crítica a preferência pelas afecções externas por parte dos retóricos e da importância central que confere à razão, a dimensão das paixões e afetos é essencial.

Em Cícero (2009) essa relação entre razão e paixões ganhará um aspecto mais forte e sua defesa da retórica será mais enfática do que em Aristóteles (Remer, 2017). A retórica, para o orador romano, seria essencial para produção de cidadãos virtuosos e seria constitutiva de formas argumentativas decisivas para a república, como o *argumentum in utranque partem*, usada na argumentação de dois lados distintos de uma mesma questão. Nesse sentido, a noção de uma verdade única, em variadas searas, é substituída pela ideia de que as partes e oradores em contenda lançariam mão da retórica para persuadir uma plateia a respeito de determinada questão. Ademais, em Cícero a retórica será menos concentrada em suas técnicas e sim na ideia de que supõe uma coletividade, composta pelos oradores e pelos ouvintes, e de que sua dimensão mais importante é voltada para ação política – e como o orador pode incitar ou não isto. Isto é, destoando de Aristóteles, o predomínio seria do saber agir e não da especulação. Para melhor explicar estes aspectos lançaremos mão de alguns argumentos de Remer (2017).

Remer (2017) pontua que Cícero continua a dividir as provas técnicas em *ethos*, *pathos* e *logos*. Em *Do orador*, por meio de Antonio, Cícero explica as três formas de persuasão de um discurso: “provar ser verdadeiro o que defendemos, cativar os ouvintes, provocar em seus ânimos qualquer emoção que a causa exigir” (Cícero, 2009, p. 215, 2. 114-116). Para tal considera que são dois os pontos nos quais o orador deve ter o maior cuidado – para além de ter total conhecimento sobre a causa defendida: “um deles apresenta nossa recomendação ou a daqueles que defendemos; o outro é apropriado para influenciar os ânimos daqueles perante os quais discursamos tendo em vista o que queremos” (Cícero, 2009, p. 215, 2.114-115). O primeiro ponto pode ser identificado com o *ethos* do orador e o segundo com o *pathos*.

Aqui, de acordo com Remer (2017), há uma diferença importante frente a Aristóteles. O filósofo grego categorizaria todas os apelos emocionais no *pathos*, já Cícero acredita que, além deste, o *ethos* também seria emocionalmente relevante. De sorte que, para o romano, se poderia convencer e conquistar a boa vontade da audiência por meio desta dimensão. Assim, cativam-se “os ânimos pela dignidade do homem, por seus feitos, por sua reputação; pode-se orná-los com maior facilidade, se, todavia, existem, do que forjá-los, se absolutamente, não existem” (Cícero, 2009, p. 227, 2.182).

Não obstante, as paixões contidas no *pathos* e no *ethos* são distintas. Para o segundo, Cícero utiliza verbos e palavras mais leves, como ganhar e benevolência; para o primeiro, porém, os verbos e as palavras seriam mais fortes, feito incitar, excitar, mover, comover e impelir. Nesse sentido, enquanto *ethos* apelaria para emoções mais brandas, *pathos* incitaria emoções mais fortes (Remer, 2017, p. 38). Deste modo, no domínio do *ethos*, seria vantajoso, “no orador, a brandura voz, a expressão de pudor no rosto, a afabilidade das palavras e, se acaso fazes alguma reivindicação com maior rispidez parece fazê-lo contrariado e por obrigação” (Cícero, 2009, p. 227, 2.182). No plano do *pathos*, porém, o discurso deve ser arrebatador, erguendo o que se curva e curvando o que se ergue, no intuito de impelir “as mentas de juízes de outro tipo, de modo a que odeiem, amem, invejem, queiram ser salvo, temam, tenham esperança, desejem, abominem, alegrem-se, entristeçam-se, compadeçam-se, queiram punir ou sejam conduzidos a tais emoções, se já alguma próxima a tais paixões de ânimo” (Cícero, 2009, p. 228, 2.185).

Outro elemento de suma importância trazido por Ramer é o fato de que Cícero, no geral e por mais que em alguns momentos argumente que as emoções elidem a razão, não opõe razão e emoção. O romano, todavia, não faz um quadro definitivo da relação entre emoções e cognição, visto que, de acordo com Remer (2017), não gostaria de se fixar ao significado da resposta emocional. Mesmo assim, dois caminhos seriam possíveis para a relação entre *logos* e *pathos*. No primeiro caminho, as emoções podem ser baseadas cognitivamente sem resultar de um argumento formal, como é o caso Manio Aquílio, defendido por Antonio, cujas cicatrizes foram expostas aos jurados como forma de mostrar o seu sacrifício pela República (Cícero, 2009). No segundo caminho, por sua vez, Cícero argumenta que não apenas crenças criam emoções, mas a própria argumentação racional pode gerar emoções; algo que pode ser visto no emprego por Antonio de lugares-comuns de modo a trazer ao público emoções e afetá-lo. Outro momento importante no qual Cícero (2009) tenta enraizar o *pathos* no *logos* é quando discute o papel da amplificação eloquente de argumentos, no qual emoção e razão não se opõem, antes se fortalecem.

A respeito de Quintiliano, duas palavras. Se em Cícero há alguns pressupostos mais duros a respeito do caráter de um orador, guiado por um conjunto de normas morais mais estrito, em Quintiliano (1920) o *ethos* é mais flexível. Ademais, em Quintiliano (1920) mais importante que a verdade é a verossimilhança, de sorte que a imaginação e a criação de crenças a respeito de algo se tornam centrais, cabendo ao orador incitar e construir estas imagens. Em Quintiliano é possível notar também a acentuação da possibilidade que por meio da amplificação

(Quintiliano, 1920) e da *paradiástole* (Quintiliano, 1920) é possível redescrever retoricamente um ato, de forma que o luxo pode ser transformado em generosidade, avareza em economia e descuido em simplicidade.

Maquiavel, além de praticante dileto da *paradiástole* (Skinner, 2002), como quando faz a liberalidade passar por ostentação e a clemência por frouxidão (Maquiavel, 2010), deverá ser visto como um personagem central na reconfiguração do próprio campo da retórica. Para Victoria Kahn (1994), Maquiavel teria feito uma crítica imanente da teoria retórica humanista. Se era mais consensual entre os estudiosos do florentino o fato de ele ter tido uma educação humanista, era também preciso notar que a sua relação com este legado era ambivalente. Por exemplo: em *O Príncipe*, Maquiavel crítica e rompe com os tratados humanistas sobre a conduta do príncipe; nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, o florentino contestou a retórica humanista dominante que elogiava o consenso a partir do seu elogio do dissenso romano. Seja como for, a crítica que fez utilizava justamente estratégias retóricas humanistas para criticar as crenças das teorias políticas humanistas. Deste modo, de acordo com Kahn, a sua inovação política seria uma inovação retórica. Mais precisamente:

Embora os humanistas renascentistas regularmente reconhecessem o possível abuso da retórica, com a mesma frequência tentaram definir a retórica em termos de prudência que impediriam a imoralidade. Maquiavel se apropriou da noção humanista de retórica prudencial ao mesmo tempo em que criticou essa retórica por sua subordinação à ética, ou seja, por não ser prática o suficiente. Ao fazer da *virtù* uma faculdade de raciocínio prático e ação que não é restringida por normas éticas, Maquiavel tentou fazer com que a retórica e a deliberação prudencial gerassem um novo conjunto de prioridades no domínio da política. No entanto, ao levar as possibilidades geradoras de uma concepção prática da retórica mais a sério do que os próprios humanistas, Maquiavel paradoxalmente parecia perceber os piores temores dos humanistas sobre uma concepção técnica ou instrumental da retórica: sua indeterminação ética, sua preocupação com o sucesso, seu uso para fins de força e fraude, violência e deturpação (Kahn, 1994, p. 9).

À vista deste arcabouço conceitual, Kahl (1994) proporia, desta forma, que Maquiavel deveria ganhar uma leitura retórica de suas obras. Hörnqvist, apesar de concordar com a intenção, argumenta, contudo, que a leitura de Kahl teria elementos fortemente antirretóricos e pecaria por certa vagueza ao falar sobre o público que seria afetado pela sua oratória. Mais precisamente:

Mas o que ela [Kahn] oferece na realidade, parece-me, é uma análise da pedagogia geral de Maquiavel sobre como conceber a política em termos retóricos em vez de ideológicos. Ela demonstra como ele transmite essa sabedoria empregando várias estratégias retóricas, é verdade, mas não tem nada a dizer sobre como seu discurso é adaptado para se adequar ao público implícito, ao tempo, ao lugar e às circunstâncias. Visto que o discurso retórico, por definição, é uma forma de discurso pretendida, adaptada e dirigida, uma abordagem retórica dos textos deve ser baseada no reconhecimento do status relacional, historicamente contingente e frequentemente

interessado da linguagem e da comunicação humana. O nível geral de análise adotado nessas leituras pedagógicas simplesmente não permite tais considerações (Hörnqvist, 2004, p. 10-11, tradução nossa).

Para o professor sueco, porém, uma leitura retórica deveria ser, em poucas palavras, baseada fortemente na contingência, no efeito perlocucionário³ dos discursos e num movimento duplo de, a um só tempo, se deixar levar e encantar pelo discurso proferido e desmistificar o que está sendo dito. Vejamos o seguinte exemplo:

Como nosso levantamento do uso oratório de *ethos* e *pathos* mostrou, uma compreensão retórica de um discurso, ou texto, deve, a fim de acomodar os pontos de vista contrastantes do orador e de seu público implícito, ter um caráter dual. Esse levantamento também ensina que essas duas perspectivas mantêm uma relação hierárquica entre si. Embora o ponto de vista do público-alvo, sua resposta intelectual e reações emocionais constituam um aspecto integral da concepção do locutor ou do autor da situação retórica, o ouvinte desinformado ou leitor irá, por definição, permanecer ignorante das estratégias retórica sendo impostas a ele. Em seu diálogo *Brutus*, Cícero destaca essa dualidade ao comparar as maneiras do especialista treinado e da multidão desinformada de perceber e julgar o discurso retórico. Admitindo que um orador que fala bem e ganha o consentimento do público, em geral, deve ser aprovado também pelo especialista, Cícero afirma que o orador treinado, ao contrário do ouvinte involuntariamente movido, será capaz de reconhecer, julgar e explicar as razões por trás do fracasso ou sucesso do orador. Nos casos em que a dissimulação retórica e o encobrimento são empregados, nem é preciso dizer que a distinção entre os dois públicos - o especialista e o ignorante - é de extrema importância. Nessas ocasiões, a fala, ou o texto, não será um, mas dois, assumindo características diferentes dependendo do ponto de vista do qual é considerado (Hörnqvist, 2004, p. 34, tradução nossa).

Assim:

Para exemplificar, se quisermos entender o que *O Príncipe* de Maquiavel faz, ou tenta fazer, para um leitor principesco em geral, e para Lorenzo de 'Medici e a família Medici em particular, devemos buscar nos identificar com os leitores Medicinianos da obra e ler o tratado com vistas a como este se destina a ser usado por eles. Mas, ao mesmo tempo em que deixamos o texto agir sobre nós de maneira imediata, concreta e ingênua, devemos dar um passo para trás e registrar cuidadosamente o efeito que tem sobre nós. Nossa subordinação ao autor deve, em outras palavras, ser uma forma fingida de submissão, permitindo-nos um duplo ato de leitura empática e desmistificadora (Hörnqvist, 2004, p. 36, tradução nossa).

Nesse processo, Maquiavel teria reelaborado e utilizado elementos clássicos da retórica humanista. Na construção de seu *ethos* e na manipulação do *pathos* na dedicatória de *O Príncipe* (Maquiavel, 2010), para ficarmos com um caso, Maquiavel lança mão de ensinamentos retóricos, alguns aqui já expostos, decisivos. Na construção de seu *ethos*, que será performado no resto da obra, Hörnqvist (2004) aproxima sua apresentação, enquanto um servo humilde,

³ A dimensão ilocucionária dos atos é relativa ao que o agente está fazendo ao dizer; a dimensão locucionária liga-se ao conteúdo proposital e manifesto do que é dito e a dimensão perlocucionária está assentada nos efeitos produzidos pelo ato de fala numa audiência, ou aquilo que ocorre ao se dizer alguma coisa.

modesto, sofredor de infortúnios e subserviente, da chamada *insinuatio*, utilizada principalmente para conquistar a boa vontade da plateia no exórdio (preâmbulo) do discurso, ensinada por Cícero. *Insinuatio* que consiste, grosseiramente, em quatro “etapas” para ganhar a atenção de uma plateia indiferente: o orador chama a atenção para suas boas ações, defende-se de acusações e suspeitas, mostra as adversidades que sofreu e adota um tom subserviente para implorar a quem o ouve.

Conquistando a atenção de sua plateia, Maquiavel lançará mão de outro tropo retórico clássica, a saber: a denúncia de que outros seriam retóricos e ornamentariam seu discurso, à diferença do orador que ali fala, cujo intento seria mostrar os fatos objetivos e crus. O orador, desta forma, deveria ter o cuidado de ocultar o caráter retórico de sua argumentação (Hörnqvist, 2004). A incitação do *pathos* de sua audiência também seguiria caminho parecido em sua dedicatória, visto que ali escreve:

Não ornei nem sobrecarreguei esta obra de longos períodos, nem de palavras pomposas e magníficas, nem de nenhum outro atrativo ou ornamento exterior com que muitos costumam descrever e ordenar suas coisas, porque pretendi que coisa alguma a honrasse e que somente a variedade da matéria e a gravidade do sujeito a fizessem agradável (Maquiavel, 2010, p. 4).

Isto é, a matéria, no livro falaria por si mesma e, diferentemente do que é feito por adversários, não haveria ali nenhum recurso retórico. Em fim de contas, trata-se de uma técnica retórica persuasiva.

Na próxima seção, tentaremos explorar melhor o que é posto e pressuposto pelo intelectual sueco e como a peça *A mandrágora*, considerada, muitas vezes, uma obra menor no corpus textual maquiaveliano, é uma chave importante para leitura de outros textos do florentino.

HÖRNQVIST, A PLATEIA E FREI TIMÓTEO: ENTRE EMPATIA E DESMISTIFICAÇÃO

A proposta de leitura de Hörnqvist da obra de Maquiavel passa, em linhas gerais, por uma negação determinada do contextualismo linguístico⁴ em conjunto com o resgate de uma leitura hermenêutica e retórica dos textos.

⁴ O chamado contextualismo linguístico, adotado pelos teóricos da chamada Escola de Cambridge, é notabilizado pela *modus operandi* metodológico baseado na tentativa de compreensão do contexto linguístico, permeado por diferentes paradigmas de linguagem, a fim de recuperar a intenção do autor quando este estava argumentando algo. Isto é, para tais teóricos, o ato de escrever está assentado na tentativa de fazer coisas com as palavras, de modo

O pesquisador sueco indicará méritos importantes no contextualismo linguístico. Veria, com este método, a produção de uma leitura ideológica, em que o texto é compreendido num contexto de normas, linguagens e ideologias específicas e serve como uma forma de agir nestes (Hörnqvist, 2004).

Com Pocock, Hörnqvist será um pouco mais econômico em sua avaliação. Para o historiador neerlandês, *O príncipe* é um tratado teórico, “inspirado por uma situação específica, mas não dirigida a ela” (Pocock *apud* Hörnqvist, 2004, p. 8). E esse pressuposto traria, para o professor sueco, alguns problemas. Em primeiro lugar, a análise deixaria de lado uma leitura mais pormenorizada do contexto específico de Florença, suas disputas, suas questões e sua plateia. Em segundo lugar, levaria a uma compreensão insatisfatória do lugar da retórica na obra de Maquiavel, dado que esta, para Pocock, serviria como uma forma de reconstituição de um mundo cívico e de um antigo ideal de cidadania, mas que não seria estruturante na escrita do autor florentino, visto que ele não escreveria retoricamente, mas ansiaria por um tempo em que a ação cívica e comunicação humana voltassem a serem possíveis. Para Hörnqvist (2004), porém, a obra de Maquiavel e seu projeto político e intelectual só se tornariam inteligíveis caso tenhamos em vista não só a política do início do *Cinquecento* florentino, mas o contexto da retórica clássica – na qual, conforme já expusemos, oradores conformam um *ethos* específico importante para colocação em prática de técnicas de persuasão voltadas para incitação do *pathos* numa plateia determinada.

Skinner, por sua vez, terá uma presença mais marcante em seu livro, de modo que dois seriam os elementos mais decisivos para o pesquisador sueco.

Primeiramente (Hörnqvist, 2004, p. 15-16), um dos méritos mais importantes do procedimento skinneriano seria o de permitir determinar a relação precisa entre um texto individual, ou uma declaração particular, e o contexto ideológico na qual ocorre. Tal procedimento será aproveitada por Hörnqvist para o exame da importância dos conceitos de liberdade e império na tradição patriótica florentina, de modo a construir apuradamente o contexto ideológico no qual Maquiavel se movia. Ademais, será importante para o pesquisador

que o objetivo do estudioso é revelar o que a intenção do autor enquanto estava fazendo o que fazia. Dentro desse paradigma, porém, há uma diferença importante entre seus principais representantes: enquanto Skinner estaria mais preocupado em revelar as intenções dos autores na compreensão dos significados das ações linguísticas, Pocock, por seu turno, interessa-se mais pela reconstituição de paradigmas e discursos políticos que informam os significados de um texto. Seja como for, tal paradigma tentaria superar interpretações que se preocupam demais ou apenas com o contexto histórico, deixando ao texto um papel secundário, ou que apenas se atentam ao texto, deixando a história e as disputas políticas de fora da análise. Para mais, ver o trabalho de Ricardo Silva (2010).

sueco entender as formas como os exemplos romanos vão aparecendo na trajetória de Maquiavel e como ele vai modulando-os, uma vez que a elite florentina via o exemplo dos antigos romanos com forte ceticismo, dado que seriam, supostamente, turbulentos.

O segundo elemento importante para Hörnqvist é a forma como Skinner lida com a relação entre texto individual, contexto prático e a intenção do autor com a sua obra, dado que o autor seria também um ator político. Nesse sentido, o que seria importante é tentar entender o que o autor estava fazendo quando dizia ou escrevia algo, isto é, o seu caráter ilocucionário. Tal ênfase no discurso como ação política e na intenção autoral permitiria, segundo o professor sueco, uma “forma de leitura retórica e a uma visão do texto político como uma forma de discurso pretendida, adaptada e dirigida” e também possibilitaria a ideia de que um texto “tem algo a ver com a forma como ele se dirige a um público específico em um determinado lugar e tempo, e para um propósito específico” (Hörnqvist, 2004, p. 16, tradução nossa). Isto é, permitiria que olhássemos uma dimensão essencial para Hörnqvist: a perlocucionária. Por vezes, a ênfase radical na dimensão retórica do texto é levada bastante em conta por Skinner, até mesmo contra a sua leitura ideológica, porém essa dimensão tem um caráter um tanto secundário e a procedimentação mais comum seria enxergar que o ponto político essencial de um texto específico consistiria “em como ele interage, manipula e remodela as convenções ideológicas e linguísticas que condicionam essa ação, e não em como ele busca influenciar a própria ação política contemporânea” (Hörnqvist, 2004, p. 16, tradução nossa). Deixando em segundo plano, portanto, uma dimensão decisiva para o pesquisado sueco: a perlocucionária.

Em resumo, a leitura ideológica também falharia em mostrar como Maquiavel interage e se direciona política e retoricamente com a sua audiência e com os atores em disputa. E, desta forma, não levaria até as últimas consequências e não compreenderia de forma exaustiva o ponto político, a intenção e nem o caráter retórico de uma obra como *O Príncipe*. Hörnqvist, dando consecução à crítica, argumenta que o contexto político em qualquer período histórico é extremamente complexo e que não haveria uma limitação prática para o que o ator político poderia fazer ao se dirigir, direta ou indiretamente, à sociedade de sua época. Desta feita, o leque de ações políticas de um ator que deseja atuar, influenciar ou modificar o contexto prático e político no qual atua “não pode simplesmente ser confinada à manipulação e reformulação de convenções ideológicas e linguísticas” (Hörnqvist, 2004). Num exemplo concreto, o autor sueco diz que seria interessante, por exemplo, saber mais sobre a forma como Maquiavel ajustou seu discurso para se adaptar ao contexto deliberativo florentino e, portanto, ser eficaz e persuasivo em relação à audiência – algo que não é trabalho por Skinner.

Sendo assim, Hörnqvist radicalizaria sua leitura e seu método num sentido que abarcasse mais profundamente, o eventual, o contingente e o perlocucionário na política e na história. Segundo podemos interpretar, as duas primeiras dimensões seriam pretendidas por Skinner e Pocock, mas a sua atenção aos textos e ao efeito ilusionário destes, segundo Hörnqvist, teriam se tornado uma espécie de camisa de força que impediu Pocock e Skinner de levarem até o fim elementos que acreditavam ser decisivos em suas análises. Ademais, Hörnqvist reabilita de forma acentuada dimensões decisivas da retórica clássica e, forçando um pouco a nota, pretende voltar a colocar em circulação as dimensões do *ethos* e do *pathos* no pensamento político e não somente o do *logos*.

Ou seja, mais importante do que filósofo que fala para razão e que diante de um auditório possivelmente ignorante escolhe ou edificar o seu público ou se recolher em assuntos contemplativos, seria o retórico, o qual, diante da mesma audiência, utiliza a manipulação retórica direta ou indireta (Cf. Hörnqvist, 2004). Esta forma de manipulação não tem nada de aviltante, ao menos para personagens decisivas do renascimento⁵, que entendiam a retórica como algo honroso, consagrado e necessário. Esta linha de raciocínio pode ser vista em Thomas More (2009, p. 67-69), o qual entendia a retórica como uma outra forma de filosofia, mais adequada ao político e mais civilizada, que, diferentemente da filosofia acadêmica, “conhece o contexto dramático em que está inserida, tenta ajustar-se a ele [...], representa um papel adequado ao longo da encenação” e não abandona o barco da política e vira às costas para vida pública.

Desta maneira, em certo sentido, o autor sueco pretenderia liberar o contextualismo de suas amarras ilocucionárias, a partir de uma leitura acentuadamente retórica – entendida num sentido preciso, diferente da noção praticada por Kahn, conforme vimos – e hermenêutica. Mais precisamente e em suas palavras:

Para concluir, postulando uma forma híbrida de leitura que fica num lugar entre os níveis retórico e ideológico de interpretação - a análise de como o autor está abordando o contexto prático e político ao manipular as convenções ideológicas disponíveis - o próprio trabalho de Skinner e a apresentação de Tully de sua metodologia, ameaçam confundir a distinção entre os dois níveis. Isso significa que nós, para acessarmos o nível retórico do texto, onde podemos esperar encontrar seu “ponto político” e as várias estratégias retóricas que negociam a relação entre o autor e seu público, precisamos de uma forma mais ampla, aberta e inclusiva de contextualismo, e um tipo de leitura que dá mais atenção às particularidades e ao movimento retórico do texto. O presente estudo se baseará nessa dupla abordagem metodológica. Ele afirma que os textos políticos e literários precisam ser considerados

⁵ A noção de manipulação neste período tem a ver com a persuasão retórica e a incitação de paixões (as quais envolvem *ethos*, *pathos* e *logos*) e não como uma forma de ludibriar alguém como é o sentido corrente de hoje.

tanto como objetos de estudo integrais e relativamente autônomos quanto como estratégias discursivas que participam ou se relacionam com os modos gerais de representação e as várias formas de transação cultural disponíveis naquele momento específico no tempo (Hörnqvist, 2004, p. 19)

Porém, para poder participar dessa forma, em parte como espectadores, em parte leitores manipulados, em uma performance retórica como a de *O Príncipe*, é preciso ressuscitar o tão desacreditado aspecto dramático, ou enfático, da tradição hermenêutica. Visto que o discurso retórico e os textos visam criar efeitos retóricos em um pretendido ouvinte ou leitor, eles exigem uma forma enfática de interpretação baseada na identificação com o público-alvo da obra (como no caso de *The Prince*), ou com os personagens da peça (como em *La mandragola*). Para desvendar a intenção, ou intenções, autoral, em ação no texto retórico, precisamos, portanto, nos submeter a seu poder de sedução e permitir-nos ser governados por seus argumentos e estratégias de manipulação. Em outras palavras, para ver aonde o texto tenta nos levar, devemos nos deixar ser conduzidos, ou participar. [...] Nossa subordinação ao autor deve, [entretanto] [...], ser uma forma fingida de submissão, permitindo-nos um duplo ato de leitura empática e desmistificadora (Hörnqvist, 2004, p. 35-36).

À vista desta argumentação, podemos entender também como a peça *A mandrágora* torna-se decisiva na economia argumentativa de Hörnqvist. A bem da verdade, para o professor sueco, a peça forneceria um modelo de como deveríamos ler *O Príncipe*, pois o modo duplo (entre a empatia e a desmistificação) com que padre Timóteo interpreta as manipulações ideológicas de Licurgo nos forneceria um exemplo “para entender a sofisticada transação retórica em *O Príncipe* e nos permite abordar a retórica enganosa de Maquiavel de dentro da obra”. Ato contínuo, nós, leitores, não deveríamos nos identificar nem com o autor de *O Príncipe* e nem com o suposto e pretendido leitor mediciniano da obra, mas com Padre Timóteo, “o leitor-modelo criado para nós em retrospecto pelo próprio Maquiavel” (Hörnqvist, 2004, p. 37). Nos debruçaremos um pouco mais sobre isso.

A partir do acompanhamento da obra (Maquiavel, 1987) e do ótimo resumo de Hörnqvist, podemos levantar alguns elementos importantes da peça.

Calímaco, patrão de Siro, volta às pressas de Paris para Florença, pois, em conversa com Camilo Calfúcio, um florentino, descobre que a mais virtuosa e bela mulher moraria nesta cidade: Lucrecia, a infeliz mulher de doutor Nícias – “o homem mais simplório e basbaque de Florença”, de acordo com Calímaco (Maquiavel, 1987, p. 41). Nícias e Lucrecia estavam casados há seis anos, porém não conseguiam ter filhos. Para seduzir Lucrecia e ter relações sexuais com ela, Calímaco entra em contato com Ligúrio, o qual, por sua vez, topa a empreitada. De acordo com o professor sueco (2004, p. 1), Ligúrio, que se compara a uma espécie de general movendo forças para disputa, age como o diretor ou dramaturgo da peça, selecionando seu elenco, inventando o enredo e o pondo em movimento. Além disso, ele agiria nas coisas grandes e nas pequenas, fornecendo “aos outros personagens motivações, razões e pretextos para suas

ações, e orientando suas performances” (Hörnqvist, 2004, p. 1, tradução nossa). Prova disso é que, quando Ligúrio, no final do primeiro ato e na primeira e segunda cenas do segundo ato, dá notícias e apresenta Calímaco a Nícias, constrói para Calímaco um *ethos* acima de qualquer suspeita e apto a ganhar a confiança do simples homem de Florença. Este *ethos* seria a de um rico médico da corte francesa e que poderia resolver a falta de filhos do casal Nícias e Lucrecia. Lembremos, ainda, que Ligúrio, na construção deste *ethos*, sugere a Calímaco que utilize o seu repertório de língua latina de modo a impressionar Nícias (Cf. Maquiavel, 1987, p. 56) e também não deixa de orientá-lo da seguinte forma: “vá seguindo meu jeito de falar, oriente-se por ele” ([fala de Ligúrio] Maquiavel, 1987, p. 48).

Seguindo orientação de Ligúrio, Calímaco aconselha Nícias, cioso de um filho, que a melhor forma de Lucrecia engravidar é tomando uma mistura feita a partir da raiz de mandrágora. Há aí, contudo, um transtorno: a poção seria forte o suficiente para matar o primeiro homem que tivesse relações sexuais com Lucrecia. À vista disto, o jeito seria fazer com que, após tomar a solução, Lucrecia se deitasse com outro homem. O receio toma conta de Nícias. O engenhoso Ligúrio, porém, manipulando a simplicidade e o *pathos* (vaidade, avareza e desejo por um filho) de Nícias, o convence.

O convencimento de Lucrecia, por sua vez, se daria a partir da atuação da ambivalente e dissimulada figura de padre Timóteo - que, a um só tempo, se deixa levar pelo discurso de Ligúrio e entende/ desmascara os seus reais intentos a partir do distanciamento⁶ -, que, para exemplificarmos sua conduta, precisava de dinheiro para poder espalhar o bem (que era, no caso e de acordo com certa redescritção retórica praticada por Ligúrio, convencer e abrir caminho para que uma órfã realizasse um aborto num mosteiro francês) (Maquiavel, 1987, p. 69). Isto posto, o plano é levado a bom termo: Nícias abre caminho para sua própria traição ao permitir a entrada de Calímaco, disfarçado como morador ou cantor de rua, em sua própria casa. Evidentemente não há efeito mortal nenhum da poção e a peça termina com Timóteo abençoando Lucrecia e extorquindo, de maneira disfarçada, Nícias.

⁶ Veja-se a seguinte passagem de Timóteo: “Não sei qual dos dois está engabelando o outro. O desgraçado do Ligúrio veio aqui com aquela primeira história para me tentar [a do aborto no monastério francês]: é que se eu não concordasse, ele não me contaria esta outra, para não revelar seus planos à toa. Da primeira história, que era falsa, pouco se lhes dava. É verdade, fui logrado, mas desse logro tirou vantagem. O doutor Nícias e Calímaco são muitos ricos: de um modo ou de outro eu os posso explorar muito. A coisa há de ficar em segredo, porque eles ganham tão pouco em falar nisso quanto eu mesmo. Seja como for, não me arrependo. É certo que receio ter dificuldade, porque dona Lucrecia é sensata e boa, mas a bondade é o que me fará passar-lhe a perna. Depois, as mulheres todas têm pouco miolo; quando uma delas sabe dizer três ou quatro palavras, o caso se espalha, porque em país de cegos, quem tem um olho é rei” (Maquiavel, 1987, p. 73).

Hörnqvist (2004) chegará mesmo a argumentar que o tema principal da peça é sobre a arte da persuasão e seu uso para conspiração na esfera privada. De modo que a obra é permeada por cenas de persuasão e pelas figurações do *ethos* e as manipulações do *pathos* nesse ínterim. A natureza retórica da peça ficaria mais evidente na forma como personagens são moldados de acordo com graus distintos dos princípios e fundamentos da manipulação retórica. Nesse bojo, Ligúrio seria um mestre da retórica capaz de tudo manipular na realidade; Timóteo seria uma testemunha perspicaz e desmistificadora da atuação de Ligúrio; Calímaco é passível de ser treinado para dissimulação e ocultação por Ligúrio e Nícias, por seu turno, é um intérprete péssimo da performance e das intenções de Ligúrio, o que leva ao seu desastre pessoal (Cf. Hörnqvist, 2004).

Chama a atenção, contudo, na interpretação de Hörnqvist, a falta de atenção ao papel das mulheres na peça, especialmente ao de Lucrecia. A bem da verdade, o pesquisador sueco apenas indicaria que ela teria sido enganada e a isso ela não teria se atentado. Nesse ponto, o intérprete, seguindo posição desenvolvida por Timóteo na peça, veria as mulheres um tanto de maneira unidimensional – sendo, talvez, o único ponto-cego de Timóteo ao longo da obra. Tal interpretação, um bocado fatalista, também é compartilhada, em certa medida, por Martinez (1983), para quem Lucrecia, nesta peça, seria uma figuração da república corrompida. As interpretações de Susan Behuniak-long (1989) – que compreenderia Lucrecia como uma metáfora da Fortuna – e Melissa Matthes (2000) – cuja interpretação vincula o destino de Lucrecia ao da República –, porém, pontuam que Lucrecia saberia simular e dissimular seus entendimentos e posicionamentos, de forma de que ela tinha total compreensão do que estava ocorrendo e estava agindo conforme a contingência e a necessidade. Prova da grande capacidade de Lucrecia seriam, por exemplo, duas falas de Ligúrio. A primeira é quando Ligúrio a descreve como uma “mulher bonita, sensata, honesta e capaz de governar um reino” (Maquiavel, 1987, p. 45). A segunda é quando, conversando com Nícias, argumenta que “as mulheres são todas desconfiadas” (Maquiavel, 1987, p. 64). É preciso dizer que as interpretações de Behuniak-long (1989) e Matthes (2000), corroboram, em certo sentido, o argumento mais geral do trabalho de Michelle Clarke (2005), segundo a qual o florentino veria as mulheres como plenamente capazes de agência política e de *virtù*⁷.

⁷ Com este ponto de vista, Clarke se contrapõe de forma substantiva ao importante trabalho de Hanna Pitkin (1999) sobre gênero e política na obra de Maquiavel. Para Pitkin, a mulher e o feminino no trabalho do florentino seriam sempre o *outro* em relação ao homem, à autonomia e à *virtù*. Nesse bojo, uma das figurações mais famosas da mulher em Maquiavel é a da Fortuna, no capítulo XXV de *O Príncipe*, que precisaria ser submetida à força.

Voltando ao assunto do artigo, lendo Maquiavel (*O Príncipe*, mais especificamente), deveríamos ser mais Timóteo e menos Nícias. E, assumindo uma posição timoteana, entre a empatia e a desmistificação, poderíamos notar que Cesar Bórgia, no fim das contas, não seria um modelo de príncipe virtuoso.

DAS ARMAS E DA FORTUNA DE OUTREM

Tendo em vista o desenvolvimento de nosso argumento, exporemos agora o texto do capítulo sete de *O príncipe* (2010), no qual César Bórgia é um personagem de destaque.

Desde o primeiro parágrafo do capítulo sete, Maquiavel aponta que aqueles que somente pela fortuna de homens privados tornam-se príncipes o fazem com pouco esforço, mas com muito esforço mantêm seu status. Essa situação pode ser verificada quando um estado é concedido a alguém por meio da compra ou da graça de quem o concede ou por meio da corrupção de soldados. Os que assim ganham seus estados dependem, ao fim e ao cabo, da fortuna e das vontades de outrem; permanecendo, deste modo, numa situação de permanente instabilidade e dependentes da volubilidade de outras pessoas. Tudo isso só poderia ser evitado, caso aqueles que se tornaram príncipes, nestas situações, tenham tanta *virtù* e engenhosidade a ponto de saberem “rapidamente preparar-se para conservar aquilo que a fortuna lhes colocou no colo e estabeleçam depois os fundamentos que outros estabeleceram antes de se tornarem príncipes” (Maquiavel, 2010, p. 30).

Ainda neste primeiro parágrafo, Maquiavel estabelece uma interessante metáfora a respeito dos fundamentos do poder de um príncipe. O florentino argumenta que estados os quais nasceram recentemente, feito plantas, possuem raízes demasiadamente superficiais. E, como plantas jovens, podem ser destruídos pela primeira tempestade.

No segundo parágrafo, tendo em vista os dois modos citados de tornar-se príncipe, via *virtù* ou fortuna⁸, Maquiavel dá dois exemplos: (a) o primeiro corresponde a Francesco Sforza,

Contudo, uma imagem alternativa da Fortuna pode ser vista em sua poesia “Di Fortuna” (Maquiavel, 2011, p. 233-245), como mestra da dissimulação e que tem um poder enorme sobre tudo e todos.

⁸De forma bastante sucinta e até incompleta, dada a extensão da obra maquiaveliana e de sua fortuna crítica, podemos definir *virtù* como o conjunto de qualidades, quaisquer sejam, cujo aprendizado e aquisição seja necessária para manutenção de seu estado e para realização de feitos gloriosos, de forma que a chave do sucesso do agente de *virtù* é reconhecer a força da contingência, aceitar o que é ditado pela necessidade e adaptar sua conduta ao tempo presente. Nesta definição de Maquiavel, vemos uma inovação frente ao que era propugnado pelos humanistas, visto que estes identificam a *virtù* como a posse de algumas virtudes cardeais e estanques, não adaptáveis frente a força das circunstâncias. Fortuna, por sua vez, pode ser identificada com o fluxo das circunstâncias e assentada na contingência que pode levar a ruína, aos que não tem *virtù*, ou fonte de dons e bens

que, com enorme *virtù*, passou de homem privado para duque de Milão - correspondendo ao caminho virtuoso dos que conquistaram com muito esforço e, por conseguinte, com pouco trabalho conseguiram manter seu domínio; (b) o segundo corresponde a César Bórgia, Duque Valentino. Este caso, de acordo com o florentino, é mais complexo. Bórgia, com a fortuna do pai (Alexandre VI), teria conquistado o estado, mas, “*por uma extraordinária e extrema maldade da fortuna*” (Maquiavel, 2010, p. 30, grifos meus) e apesar de ter feito tudo o que um homem de *virtù* deveria ter levado a cabo, o perdeu. Prestemos atenção na sinuosa construção de Maquiavel: “[...] César Bórgia, chamado pelo povo de duque Valentino, “*conquistou o estado com a fortuna do pai e com ela o perdeu*” (Maquiavel, 2010, p. 30).

A tese, aqui, é de que os príncipes que conseguem seus principados e estados por meio da fortuna e das armas de outrem, com pouco esforço ganham seus territórios, mas com muito esforço os mantêm. Até porque, seguindo a metáfora das raízes novas e velhas, os fundamentos de seu poder seriam muito recentes e, portanto, as suas raízes seriam parcamente ramificadas e desenvolvidas. Porém, existiram exemplos que seriam contrários a isto. O que Maquiavel desenvolve, contudo, é o exemplo de Bórgia, o qual: (1) teria feito tudo com *virtù*, mas que, pela enorme maldade da fortuna, perdeu seus domínios e (2) teria conquistado um estado a partir da fortuna do pai e que teria perdido esse mesmo estado pela fortuna de seu pai.

Até aqui, caso fossemos Nícias, teríamos encarado estes enunciados como comuns e, no máximo, creditaríamos o seu caráter um pouco confuso e pouco desenvolvido a fatores externos. Contudo, de um ponto de vista timoteano, dois fatores precisariam ser observados. Em primeiro lugar, Maquiavel fala em exemplos (no plural) de homens virtuosos que manteriam um estado ganho pela fortuna e arma alheias, porém apresenta pormenorizadamente um só caso: Bórgia. Como elemento contrafactual, podemos notar que ao falar dos homens virtuosos que com muito esforço e armas próprias conquistaram um estado, o florentino cita vários exemplos – com níveis distintos, inclusive, de glória em seu intento: Moisés, Rômulo, Ciro, Teseu, Hierão e, até mesmo, Sforza (Maquiavel, 2010, p. 26-30). Em segundo lugar, num primeiro momento, Maquiavel diz que Bórgia teria agido com a máxima *virtù*, todavia a fortuna teria o atropelado; num segundo momento, porém, o florentino diz apenas que Bórgia conquistou um estado por meio da fortuna do pai e por meio dela também o teria perdido.

precisos, feito a glória, aos que agem com *virtù* e conseguem submeter a Fortuna. Para mais, ver com atenção os poemas “Di Fortuna” e “Dell’Occasione” (Maquiavel, 2011) e o capítulo dois do livro de Skinner (2000) a respeito do secretário florentino.

Havendo, deste modo, certa volubilidade no discurso maquiaveliano - instabilidade volúvel que será estruturante neste capítulo. Seja como for, é possível pensar que, na verdade, não há nenhum exemplo possível e real a ser dado para mostrar que alguns poderiam, em pouco tempo, estabelecer fundamentos profundos para seu principado. O que, por conseguinte, levaria a crer que sem meios próprios, como armas, príncipe algum poderia ficar no poder.

Duas provas a mais para este movimento de desmistificação timoteana estão no parágrafo oito do capítulo VII. Maquiavel dirá que não saberia censurar nenhuma ação de Bórgia, constituindo-se ele, a bem da verdade, um grande exemplo para os que subiram ao poder com fortuna e armas alheias⁹. Não obstante, há duas contradições aqui.

O primeiro elemento de contradição é que Bórgia tinha intenção e ânimos elevados, contudo, o que contrariou seus desígnios para manutenção do poder fora “*a brevidade da vida de Alexandre e sua própria enfermidade*” (Maquiavel, 2010, p. 36, grifos meus). Isto é, o seu poder dependia, definitivamente, dos recursos de seu pai, Alexandre VI.

O segundo elemento consiste em que, numa primeira oportunidade, Maquiavel teria dito que não havia um único ato censurável em Bórgia, todavia, algumas linhas depois, o florentino dirá que Bórgia fez um má escolha ao concordar com a eleição de Júlio II, um dos cardeais de San Pietro – os quais, justamente, haviam sido prejudicados por Bórgia, causando ao futuro papa ódio, paixão essencial que move os homens a prejudicar uns aos outros. Um “*erro, portanto, nessa escolha, que foi a causa de sua ruína final*” (Maquiavel, 2010, p. 37, grifos meus).

Esta contradição mostraria, a bem da verdade, que as atitudes de Bórgia seriam parcas em *virtù*, dada a sua falta de previsão. Algo que fica mais claro quando retornamos ao final do parágrafo imediatamente anterior – o sete. Ali Maquiavel parece dar voz a Bórgia e parece acreditar no que este diz, a saber: que não tendo conseguido eleger o papa que queria, pelo menos havia impedido que um desafeto chegasse ao poder e que teria pensado em todas as consequências da eleição de Júlio II. Ademais, Bórgia teria chegado mesmo a dizer para o nosso orador florentino que, com a morte do pai (Alexandre VI), teria encontrado um remédio para

⁹ Najemy (2013) irá argumentar também que, em vários momentos, Maquiavel dará tratamento irônico aos personagens que está comentando e um deles será justamente Bórgia. Isso poderia ser identificado num despacho, do dia 26 de junho de 1502, endereçado a Francesco Soderini, em que o florentino utiliza a palavra “esplendido” para designar as atitudes de Bórgia. Apesar da aparência elogiosa, Najemy assinala que o termo é pouco utilizado por Maquiavel e quando o é tem intenções sarcásticas. Exemplo deste sarcasmo seria a forma como trata o título “esplendido” de cardeal que paroquianos de Roma arrogavam para eles mesmos (Maquiavel, 2007).

seus problemas, teria se desfeito de todos os seus inimigos e que o grande problema seria a sua doença.

O problema em tudo isso é que, no fim das contas, Bórgia caiu e foi vitimado pelo jogo político da simulação e dissimulação de seus adversários. Os quais não só não foram por ele totalmente eliminados como um deles foi alçado ao posto de papa por sua ação e previsão fortemente erradas. Sua doença, na sua trajetória política, teria sido o menor dos problemas. É preciso dizer, ao nosso ver e seguindo lições de Najemy (2013), que Maquiavel em nada acreditava nas palavras de Bórgia e que Bórgia teria se comportado como Nícias frente aos seus adversários. À vista disto, Maquiavel, por meio retóricos, tentaria suscitar uma desconfiança, a fim de que sua plateia, ou leitores, agissem no sentido de desmistificar esse movimento de suposta empatia com Bórgia.

Nas palavras de Najemy (2013, p. 553):

Sob essa luz, as explicações supostamente contraditórias do fracasso de Bórgia - a "extrema e excepcional malícia da fortuna" e o "erro" em permitir a eleição de Júlio - não são mutuamente exclusivas e não precisam ser entendidas como explicações alternativas para seu colapso. Bórgia sem dúvida lamentou a "extrema malícia" da fortuna como um destino incontornável, mas Maquiavel quer que seus leitores entendam que Bórgia não conseguiu entender que seu "erro" resultou da falta de autonomia que o forçou a depender do conclave para lhe dar um papa amigo e então confiar - tolamente - na noção equivocada de que "favores recentes" fariam Júlio esquecer os "ferimentos anteriores". O "erro" não está separado da "malícia da fortuna". É o exemplo culminante de como a dependência da fortuna o acorrentou. Ele cometeu o erro porque não tinha autonomia e armas que lhe teriam permitido não depender do Colégio de Cardeais para lhe fornecer um papa amigo. Maquiavel reproduz a incompreensão de Valentino sobre a "malícia da fortuna" em sua falha em reconhecer que a "fortuna" não é externa às escolhas e ações de alguém. Cesare escolheu o caminho mais fácil para a aquisição de um estado e agora estava pagando.

À vista destes elementos, Bórgia não deve ser tomado como um modelo de novo príncipe pelo florentino. Até porque o quadro conceitual dado pelo capítulo VI ("Dos principados novos que se conquistam com armas próprias e com *virtù*") fora bastante claro ao dividir aqueles que conquistaram dependendo de outros e os que conquistaram dependendo deles mesmos. Colocando em circulação uma divisão entre autônomos e dependentes, positivando os primeiros em detrimentos dos últimos:

É necessário portanto, para bem discutir esse assunto, examinar se esses inovadores agem por si mesmos ou dependem de outros, isto é, se para realizar sua obra precisam rogar ou podem forçar. No primeiro caso, acabam sempre mal e nada conseguem; mas, quando dependem apenas de si mesmos e podem forçar, é raro que corram perigo. Eis por que todos os profetas armados vencem, enquanto os desarmados se arruinam (Maquiavel, 2010, p. 27)¹⁰.

¹⁰ Outro momento importante em que Maquiavel (2010, p. 18) mostra desconfiança frente a quem consegue seu poder a partir das armas de outro é quando diz: "De onde se extrai uma regra geral, que nunca ou raramente falha:

Portanto, o capítulo VII, longe de ser um capítulo simples e reto, conteria três grupos de questões importantes, ou como diz Najemy (2013, p. 541-542, tradução nossa), três quebra-cabeças:

Apesar de seu elogio aparentemente óbvio a Bórgia, o capítulo 7 contém vários quebra-cabeças. O primeiro é a tensão, talvez a contradição, entre o elogio e a admissão franca de seu fracasso. Um segundo problema, muito discutido, é a explicação aparentemente dupla desse fracasso: que não foi culpa dele, porque resultou de "*una straordinaria ed estrema malignità di fortuna*"; e que sua queda resultou de um erro colossal - a "única coisa pela qual ele pode ser censurado". Foi a "malícia" da fortuna ou esse erro que destruiu Borgia? E se fosse o último - como diz o texto explicitamente - como pode Maquiavel declarar, como ele, que "todas as ações do duque" foram irrepreensíveis? Um terceiro quebra-cabeça é a discrepância entre as afirmações do capítulo 7 e o que outras fontes, incluindo os despachos de Maquiavel, revelam sobre a Bórgia histórico, particularmente o fato de que muitas de suas "ações" exemplares nunca foram realmente implementadas.

Nos parágrafos três e quatro, Maquiavel nos mostra um Bórgia com certa *virtù*, tentando não depender das armas e da fortuna de outrem, como as armas de Orsini ou as armas do Rei Luís (da França). Ambos foram atraídos e influenciados por Alexandre VI, pai de César Bórgia, que estava interessado em desordenar os estados italianos e depois se assenhorar de parte deles. Bórgia, desconfiando dos Orsini e pretendendo agir contra os Colonna (antiga força a ele contrária), converteu os aliados romanos, das duas forças, em seus amigos. Continuando o seu intento, Bórgia irá eliminar os Colonna e, posteriormente, para não recorrer à ajuda francesa, utilizará a fraude e dissimulação contra os Orsini – trazendo-os para perto de si e os matando.

A partir desta ações, Bórgia teria "*lançado excelentes fundamentos para seu poder*", já que "detinha toda a Romanha e mais o ducado de Urbino, além de ter conquistado a amizade de Romanha e atraído para si o povo, que começava a gozar de bem-estar" (Maquiavel, 2010, p. 32-33, grifos meus).

A Romanha, já sob seu domínio, contava com senhores sem poder e que espoliavam seus súditos. Tal situação gerava uma situação de permanente instabilidade na região. Tendo em vista este quadro, Bórgia teria dado plenos poderes ao cruel Rimirro de Orco, para que este pacificasse a região. Orco o fez e, com isto, despertou contra ele grande ira popular. Preocupado com isto, Bórgia convocou um tribunal aparentemente funcional e correto. Sabendo, porém, que o ódio popular havia nele chegado procurou, rapidamente, purgar os "ânimos do povo e ganhá-lo para si" e "quis mostrar que, *se ocorreria alguma crueldade*, ela não se originava dele [Bórgia], mas da natureza dura do ministro" (Maquiavel, 2010, p. 33, grifos meus). Assim,

arruína-se quem é causa de outro tornar-se poderoso, porque esse poder é causado ou com indústria, ou com força, e ambas são suspeitas a quem se torna poderoso".

aproveitando-se de uma ocasião, Bórgia mandou capturarem Orco, cortarem-no em duas partes e o exporem em praça pública ao lado de uma faca ensanguentada e de um bastão de madeira. O povo, com aquele espetáculo, teria ficado *estupefato e satisfeito*.

A partir disto podemos pensar em dois elementos.

Há uma atmosfera de farsa nisso tudo, uma vez que Rimirro não fora executado em praça pública, mas apareceu ali já despedaçado. O ar de farsa fica ainda mais pronunciado pelo fato de que, segundo informações de Najemy (2013, p. 544), o tribunal instaurado por Bórgia teria sido anunciado em outubro de 1502, dois meses antes do assassinato de Orco, e só teria funcionado efetivamente em 1503. O que sugeriria que o tribunal foi uma tentativa tardia de conter o crescimento da insatisfação popular e não passava, na verdade, de um instrumento para tentar conferir legalidade ao julgamento. Porém, como o corpo já havia aparecido despedaçado em praça pública, a *aparência* de justiça fora rapidamente falseada e tinha dado lugar ao *justiçamento*.

A descrição de Maquiavel do assassinato de Rimirro dá conta de que isto teria sido levado a cabo para separar o ódio gerado por Orco de Bórgia. O que, levaria a crer que o domínio de Bórgia não estava conquistando os afetos da população de Romanha. Pelo contrário, o estado emocional estupefato do povo indicaria, na verdade, certa paralisia gerada pelo medo da crueldade de Bórgia. É possível interpretar, à vista destes pontos, que Maquiavel gostaria de indicar a crueldade não virtuosa de Bórgia¹¹ e despertar, também, o horror em seus leitores. E não só. O florentino, com tudo isso, desacredita algo que ele mesmo, emulando a posição e a voz de Bórgia, teria dito no parágrafo três, a saber: que, na Romanha, Bórgia estava estabelecendo excelentes fundamentos para o seu poder. Na verdade, o seu poder, efetivamente, carecia de raízes mais profundas e se trataria muito mais de uma *percepção* enganosa de Bórgia do que uma *realização* real dele (Najemy, 2013, p. 544).

No parágrafo cinco, Maquiavel diz que Bórgia encontrava-se bastante poderoso e em boa medida garantido contra os perigos do momento, “visto estar armado *a seu modo* e ter, *em boa parte*, aniquilado as armas vizinhas que poderiam ofendê-lo” (Maquiavel, 2010, p. 34). Restando, para conseguir todos os seus objetivos, angariar o respeito da França e se garantir

¹¹ Dirá Maquiavel (2007, p. 66), em *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*: “considero infelizes os príncipes que, para assegurarem o seu estado precisam valer-se de meios extraordinários, visto terem por inimigos uma multidão: porque quem tem por inimigo os poucos consegue segurança com facilidade e sem muitos escândalos; mas quem tem o povo todo por inimigo nunca está seguro; e, quanto mais crueldade usar, mais fraco se tornará seu principado”.

contra os ataques deste país. O que teria conseguido, *caso seu pai Alexandre VI não tivesse morrido*¹².

Três pontos chamam a atenção aqui. Em primeiro lugar, com a expressão “armado *a seu modo*”, Maquiavel explicita o fato de que Bórgia não conseguiu, até aquele momento, diminuir significativamente a sua dependência de mercenários e da França. Caso contrário, o florentino poderia dizer que Bórgia estava de posse de *suas armas* e de *seu exército* – como faz com os exemplos de homens virtuosos que apresenta no capítulo VI. É preciso ressaltar que o seu espaço de autonomia teria diminuído se pensarmos que a Espanha também estava à espreita para atacar (Maquiavel, 2010, p. 34-35). Em segundo lugar, novamente há forte indicação de dependência quanto ao destino de seu pai, o que indicaria falta de *virtù*, autonomia bélica e prudência por parte de Bórgia. Em terceiro lugar, Maquiavel diz que Bórgia teria aniquilado *boa parte* das armas vizinhas. A questão é que *boa parte* não são *todas*, o que faria com que um público treinando nas artes da manipulação retórica concluísse pela impossibilidade do grande poder de Bórgia e sua suposta garantia contra perigos.

No parágrafo de número seis Maquiavel passará a falar a respeito das condutas futuras de Bórgia. Com a perspectiva de morte de Alexandre VI (seu pai), Bórgia teme o futuro e a possibilidade de que um inimigo assumisse o lugar de seu pai – tomando aquilo que Alexandre o havia dado. Para evitar isto, *pensou* em tomar quatro providências: a) eliminar toda a linhagem de senhores que havia espoliado, de modo a privar o papa dessa ocasião; b) atrair gentis-homens de Roma, para poder frear um papa que não fosse de seu agrado; c) controlar o máximo os votos no Colégio papal e d) conquistar império, antes da morte do pai, suficiente para resistir a um *primeiro ataque*. Maquiavel, novamente emulando a voz de Bórgia, dirá que, no momento da morte de Alexandre, as três primeiras providências haviam sido tomadas, ficando a última (a constituição de um grande domínio territorial) ainda por se fazer - pois Bórgia já teria Perúgia e Piombino sob seu domínio e intentava avançar sobre Toscana, Lucca e Siena.

¹² Esse ponto de vista é desenvolvido e corroborado em *História de Florença*, obra na qual argumenta que os principados ordenados por pontífices, como é o caso dos que Alexandre VI ofereceu ao seu filho Cesar Bórgia, tiveram vida breve, pois, em suma, tinham raízes escassas e sem alguém de *virtù* que as sustentasse (Maquiavel, 2007).

O índice de desconfiança de Maquiavel a respeito da autoficção bórgiana¹³ pode ser notado nas frases finais do sexto parágrafo: “*Se tivesse sido bem-sucedido* (e o seria no mesmo ano em que Alexandre morreu), teria conquistado tanta força e reputação que por si mesmo se governaria, e já não dependeria da fortuna nem das forças alheias, mas de sua própria virtù e de seu próprio poder” (Maquiavel, 2010, p. 35, grifos meus). Trocando em miúdos: num primeiro momento, Maquiavel teria se deixado levar pela narrativa de Bórgia, porém, linhas depois, a criticaria no sentido de mostra que, no fim das contas, Bórgia não havia, efetivamente, tomado nenhuma precaução e não teria agido com *virtù*¹⁴. Continuando neste assunto, é preciso ter em vista que Najemy (2013, p. 549-552), a partir de registros históricos e de outros materiais do próprio autor florentino, teria concluído que Bórgia não levou a bom termo nenhum dos seus quatro intentos apresentados¹⁵.

Já havíamos falado, anteriormente, do parágrafo oito. Cumpre, porém, registrar mais um aspecto importante para o nosso argumento e que está nele presente. Nas linhas intermediárias deste parágrafo, Maquiavel enumera por volta de dez características ou ações a serem tomadas por alguém em um novo principado - as quais seriam encontradas na trajetória de Bórgia. A partir da leitura destes elementos, Najemy (2013, p. 553-554) sugere que Bórgia nunca realizou, na prática, as ações enumeradas e elogiadas por Maquiavel, contudo Bórgia continuou insistindo para o autor florentino, e para qualquer um que desse a ele ouvidos, que pretendia os colocar na ordem do dia. Nesse bojo, seria possível pensar que Maquiavel atribuía a Bórgia a consciência de que ele precisava tomar estas atitudes para chegar à autonomia; essa consciência, todavia, seria apenas teórica e retórica, na tentativa de manipular a sua audiência, e não voltada para a concretização prática. Desta feita, ao “reproduzir a fanfarronice vazia de Bórgia, a

¹³ Com a ideia de autoficção de Bórgia, queremos chamar a atenção para o fato de Maquiavel dar espaço para versão propugnada pelo próprio Bórgia de que faria ações gloriosas e de *virtù* e, ao mesmo tempo, desmonta, por meio de uma atitude desconfiada e irônica, esta versão, visto que Bórgia não teria condição alguma, ao depender da fortuna e armas de outrem, de ter glória. Com isso, Maquiavel colocaria em prática uma atitude timoteana de desconfiança em relação ao que uma pessoa conta a respeito dela mesma.

¹⁴ Há um momento em seus *Discursos* que Maquiavel (2007, p. 405) dirá que os domínios do Vale do Tibre e do Vale De Chiana, os quais foram ocupados por Vitelli e Cesar Bórgia, estavam divididos entre alguns partidários destes e uma grande quantidade de partidários de Florença – dona anterior daqueles domínios territoriais. O que seria um índice do fracasso e da pouca *virtù* de Bórgia.

¹⁵ Corroborando com isto, na nota de número 5 do capítulo XVIII pode-se ler: “Sobre Alexandre VI e Valentino, dizia-se: o pai jamais faz aquilo que diz, e o filho *jamais diz aquilo que faz*” (Maquiavel, 2010, p. 174). Isto é, enquanto Alexandre VI seria astuto e dissimulado, algo essencial para manutenção do poder, segundo pode ser encontrado no mesmo capítulo XVIII, Bórgia não teria a necessária capacidade de dissimulação da aparência (Maquiavel, 2010, p. 87-88).

mensagem do capítulo sete é que um novo príncipe não deveria acreditar que a bravata por si só pode trazer sucesso” (Najemy, 2013, p. 554, tradução nossa).

Sumarizando a posição aqui desenvolvida por nós, é possível dizer que a partir de um ponto de vista timoteano – em que, a um só tempo, há uma empatia calculada pelo que é dito e discursado e um processo de crítica e desmitificação das posições engendradas nestas palavras e discursos – Bórgia emerge, ao final do capítulo sete de *O Príncipe*, não como um modelo de príncipe ou herói e sim como um príncipe: (a) sem armas próprias; (b) que, feito Nícias, era levado pela dissimulação de outrem, bem como pela imagem fantasiosa que tinha de si, e (c) que não superou, em momento algum, a dependência das armas e da fortuna de outros. Bórgia, constituir-se-ia, portanto, “como um modelo negativo, a lição de advertência e a demonstração de que os príncipes que não têm armas, que não conseguem conquistar o apoio do povo e que não conseguem manter o que adquirem, falharão inevitavelmente” (Najemy, 2013, p. 555, tradução nossa). Condições que, conjugadas ao fato de ter juntado forças com o exército francês, o desabonaria como aquele que, em consonância com o capítulo XVII de *O Príncipe*, libertaria – por meio de suas armas, bons soldados, instituições bem consolidadas e forte autonomia – a Itália das mãos dos bárbaros estrangeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura da peça *A Mandrágora* (Maquiavel, 1987) e à vista de algumas interpretações sobre o florentino (Kahn, 1994; Najemi, 2013; Hörnqvist, 2000), logramos lançar mão de alguns elementos os quais apontam que Bórgia era, para Maquiavel, um exemplo negativo de príncipe. Para isto, fora fundamental esclarecermos as relações entre paixões, retórica e política.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005.

BALTOT, Ryan. Introduction: rethinking the history of Greek and Roman political thought. In: _____ (ed.). **A companion of greek and roman political thought**. Malden; Oxford; Chichester: Wiley-Blackwell. 2009. p. 3-20.

BEHUNIAK-LONG, Susan. The Significance of Lucrezia in Machiavelli's *La Mandragola*. **The Review of Politics**, v. 5, n. 2, p. 264-280, jan./mar. 1989.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Politéia, 2019.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth Revolution**. Massachusetts: MIT Press, 2015.

Cícero. Do orador. In: SCATOLIN, Adriano. **A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23**. 2009. 313f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo, p. 147- 308.

FORCE, Pierre. **Self-interest before Adam Smith: a genealogy of Economic Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política**. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

GÓRGIAS DE LEONTINOS. Elogio de Helena de Górgias. **ETHICA**, v.16, n.2, p. 201-212, maio/ jul. 2009.

HIRSCHMAN, Albert. **The passions and the interests: political arguments for capitalism before its triumph**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2013.

HÖRNQVIST, Mikael. **Machiavelli and Empire**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

KAHN, Victoria Ann. **Machiavellian rhetoric: from the Counter Reformation to Milton**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Boitempo editorial, 2020.

LEBRUN, Gérard. O conceito de paixão. In: NOVAES, A. (org.). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das letras, 2009. p. 12-32.

MAQUIAVEL, Nicolau. Di Fortuna e Dell'Occasione. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v.1, n.18, p. 231-247, jan./ jul. 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. **A Mandrágora**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINEZ, Ronald. The pharmacy of Machiavelli: Roman Lucretia in "Mandragola". **Renaissance Drama**, v.14, n.2, p. 1-43, abril/ jun.1983.

MATTHES, Melisa. **The rape of Lucretia and the foundings of Republics**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2000.

MORE, Thomas. **Utopia**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

NAJEMY, John. Machiavelli and Cesare Borgia: a reconsideration of chapter 7 of *The Prince*. **The review of politics**, v.75, v.2, p. 539-556, out./dez. 2013.

OSTRENSKY, Eunice. Teóricos políticos e propostas constitucionais na Inglaterra (1645-1669). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.33, n. 98, p. 1-17, jul./set. 2018.

PALONEN, Kari. Quentin Skinner's rethoric of conceptual change. **History of the human sciences**, v.10, n.2, p. 61-80, maio 1997.

PITKIN, Hanna. **Fortuna is a women: gender and politics in the thought of Niccolò Machiavelli**. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

QUINTILIAN. **Institutio Oratoria**. Encontrado em: https://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Quintilian/Institutio_Oratoria/home.html.

REBOUL, Oliver. **Introdução à retórica**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2004.

REMER, Gary. Rhetoric, emotional manipulation, and morality: the contemporary relevance of Cicero vis-à-vis Aristotle. In: _____ **Ethics and the Orator: The Ciceronian Tradition of Political Morality**. Chicago: University of Chicado Press, 2017. p. 34-63.

SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. **Dados**, v. 53, n.2, maio-ago. 2010.

SISSA, Giulia. Political animals: pathetic animals. In: BALOT, R. (ed.). **A companion of greek and roman political thought**. Malden; Oxford; Chinchester: Wiley-Blackwell. 2009. p. 283-294.

SKINNER, Quentin. **Machiavelli: a very short introduction**. Londres: Oxford University Press, 2000.

SKINNER, Quentin. **Visions of Politics: vol. 1, Regarding method**. Londres: Cambridge University Press, 2002.